



## 19/06/2019 17:01 - Moro espera que reportagens de site não afetem projeto anticrime



O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, disse esperar que a polêmica em torno da divulgação de mensagens supostamente trocadas com procuradores que integram a força-tarefa da operação Lava Jato, quando ainda era o juiz federal responsável por julgar os casos da operação que tramitavam em Curitiba, não atrapalhe o ritmo da análise do pacote anticrime que o governo federal enviou ao Congresso Nacional.

“Precisamos trabalhar juntos, Poder Executivo e Congresso Nacional. Temos aqui este pacote anticrime, que tem medidas importantes que podem ser aprimoradas e, eventualmente, ser alteradas, o que faz parte do processo legislativo, mas espero que toda essa confusão não impacte na discussão do projeto”, disse Moro, afirmando que as propostas de mudanças em diversas leis estão em

consonância com uma “atitude mais firme” de enfrentamento ao crime. Ainda de acordo com o ministro, no primeiro bimestre deste ano, o número de homicídios caiu 23% em todo o país.

“As causas da redução da criminalidade são muito complexas, assim como as de aumento. Acredito que esta atitude mais firme do governo federal e de vários governos estaduais em relação à criminalidade tem feito a diferença”, disse o ministro, acrescentando considerar que a mesma “firmeza” empregada no combate aos crimes violentos deve pautar o combate à corrupção. “Acho que temos que ter esta mesma conduta em relação à grande corrupção. Avançamos, mas agora é hora de nos prepararmos para consolidar estes avanços institucionais e irmos adiante”, pontuou Moro ao participar, voluntariamente, de audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

Dividido em três projetos de lei, o projeto de Lei Anticrime foi uma das primeiras iniciativas patrocinadas pelo ministro Sergio Moro, com o aval do presidente Jair Bolsonaro, tão logo o atual governo federal assumiu. Com foco no combate à corrupção, ao crime organizado e aos crimes violentos, a proposta chegou a ser apresentada como uma das metas prioritárias dos primeiros 100 dias de governo – prazo dentro do qual chegou ao Congresso Nacional.

**Fonte:** Agência Brasil